

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931 e 1962 ss.)

Nascida em 1911 por 'federação' das prévias Escola Médico-Cirúrgica (EMC) e Academia Politécnica (AP), a Universidade do Porto (UP) teve de início uma bem escassa presença das Ciências Sociais e Humanas, limitadas, a bem dizer, a algumas disciplinas do âmbito da *Economia Política*, as quais, vindas justamente da AP, teriam ulterior sequência na Faculdade Técnica (1915-1926) e depois na Faculdade de Engenharia (1926 ss.).

Pensada pelo menos desde 1915, uma primeira FL/UP seria criada em 1919, à saída de uma prolongada crise verificada entre o ministro da Instrução Pública Leonardo Coimbra (1883-1936) e a mais antiga Universidade portuguesa. Existindo desde o ano em causa até à extinção de 1928, com funcionamento terminal até 1931, contou esta primeira FL/UP, tal como as Escolas congéneres da UC e da UL, com um 4.º Grupo consagrado a *Clio*, vigorando até 1926 o bacharelato (depois licenciatura) em *Ciências Históricas e Geográficas* e, depois, a licenciatura em *Ciências Históricas e Filosóficas* (1929 ss.). Integraram o Corpo Docente respectivo nomes como os de Damião António Peres (1889-1976), Augusto Ferreira Nobre (1896-1930), Francisco Manuel Homem-Christo (1860-1943) e Aarão Soeiro de Lacerda (1890-1947, cadeira anexa de *Estética e História da Arte*; era também professor da Escola de Belas-Artes do Porto), regendo ainda disciplinas *cliológicas* António Augusto Esteves Mendes Corrêa (1885-1960; era professor do subgrupo de *Paleontologia e Antropologia* da secção de *Sciências Histórico Naturais* da Faculdade de Ciências / UP) e Artur Magalhães Basto (1894-1960), ambos pertencentes ao Grupo de *Geografia*; já no termo da sua existência, será ainda assistente da Escola Torquato de Sousa Soares (1903-1988). Este 4.º Grupo e o respectivo Instituto de Estudos Históricos editarão, de 1924 a 1926, 3 volumes de uma *Revista de Estudos Históricos*, que acaba por ser a mais antiga publicação periódica histórica do nosso País; Damião Peres foi quem mais escreveu nesta Revista, na qual, por outro lado, se detecta um peso relativo da *Arqueologia* e das *Histórias Medieval e Moderna*. É também de referir que na primeira FL/UP germinaria o projecto da *História de Portugal* «de Barcelos» (dir. Damião Peres), em publicação de 1928 a 1936.

Dando por adquirido que a Universidade, a Cidade e o Norte do País jamais se terão conformado com o desaparecimento da Escola, certo será também que só o *post*-Guerra terá assistido a movimentações minimamente continuadas no sentido de um reaparecimento da FL/UP. A mais frequentemente citada centra-se em 1947, e ocorre na confluência da UP (Reitor Amândio Joaquim Tavares, 1900-1974, lente de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Medicina, titular do cargo de 1946 a 1961), da Câmara Municipal (Presidente Luís José de Pina Guimarães, 1901-1972, também lente de Medicina) e do Instituto de Alta Cultura: trata-se da criação do Centro de Estudos Humanísticos, anexo à UP, ministrando cursos livres de nível superior, financiando pesquisas, editando revistas (*Studium Generale*, *Cale*) ou monografias (coleção «Amphitheatrum»). Aparentem-se também *campanhas de opinião* como a do vespertino *Diário do Norte* (1945 ss.) ou intervenções de deputados portuenses (v.g. Urgel Horta) na Assembleia Nacional.

Curiosamente, a FL/UP vai (re)aparecer no *annus horribilis* do Regime: 1961, por diploma legal de 17 de Agosto (Decreto-Lei n.º 45 864, de 17 de Agosto, DG, 1.ª ser., n.º 190, da mesma data); numa conjuntura pouco marcada por novidades em matéria de Ensino Superior: a única outra que então ocorre passa pela transformação da Escola Superior Colonial em Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1955) e depois em Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, com integração na Universidade Técnica de Lisboa (1960); quando já não estão em funções o Reitor Amândio Tavares e o ministro da Educação Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000), que desde 1955 vinha protagonizando uma algo mais 'arejada' – ainda que nem sempre consequente – política para o sector; e quando está em funções um dos mais conservadores elencos governamentais do *post*-Guerra, saído de duas remodelações subsequentes à *Abrilada* desse ano (tentativa de afastamento de Salazar por parte de um sector de ministros e de comandos militares liderado pelo ministro da Defesa Júlio Botelho Moniz [1900-1970]); saliente-se entretanto que em Agosto de 1961 está na pasta da Educação o lente de *História* da UC Manuel Lopes de Almeida (1900-1980), e no respectivo lugar de subsecretário de Estado um licenciado em *Histórico-Filosóficas* que fora assistente da FL/UL e leitor em Universidades espanholas, Carlos Eduardo Bastos de Soveral (1920-2007), que aliás virá a ensinar na restaurada Escola (1963-1968).

A *História* (4.º Grupo, uma vez mais) e a *Filosofia* (6.º) foram as *áreas disciplinares* fundadoras da actual FL/UP, acrescidas do *mal-amado* Curso de *Ciências Pedagógicas*. O ano escolar de 1961/62 foi sendo preenchido com a instalação da Escola em parte do antigo edifício de Medicina, logo nela se integrando as existências da Biblioteca da primeira FL/UP; e, obviamente, com o recrutamento do Corpo Docente, mediante a abertura de concursos para a categoria transitória de *encarregado de curso*, já anteriormente testada na Faculdade de Economia / UP [FEP/UP] (1953 ss.). Entre os candidatos, dois nomes que o Executivo de então liminarmente afastou, mediante resolução do Conselho de Ministros: Joel Serrão (1919 - 2008) e Joaquim Barradas de Carvalho (1920-1980). Para os quatro primeiros lugares disponíveis, seleccionou o júri do concurso os nomes que seguem: António Augusto Ferreira da Cruz (1911-1989), à data Director da Biblioteca Pública Municipal do Porto; José António Ferreira de Almeida (1913-1981), o único já doutorado ao tempo, e que desde 1940 exercia na FL/UL como professor contratado; Carlos Eduardo Bastos de Soveral, atrás referido; e Sérgio Augusto da Silva Pinto (1915-1970), bibliotecário da FEP/UP, à data em comissão de serviço como professor da Escola do Magistério Primário de Braga. Foram pois estes os quatro primeiros «sacerdotes de Clío» portuenses, aí ensinando a partir do ano lectivo de 1962/63 (abertura efectiva da Escola). A eles se juntariam, um ano mais tarde e na situação de assistentes: Luís António de Oliveira Ramos (n. 1939), transferido da FL/UL, onde se licenciara e *assistira* Manuel



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Helena (1894-1970), Vítorino Nemésio (1901-1978) e Virgínia Rau (1907-1973); doutorar-se-á na FL/UP em 1972; Jorge Henrique Pais da Silva (1929-1977), que ensinara na ESAP e depois ensinará na FL/UL; e Flório Teles de Meneses e Vasconcelos (1920-2005), ulterior Director dos Serviços Culturais da Câmara Municipal do Porto (1968 ss.). Outros assistentes ingressariam nos anos subsequentes, sendo entre eles de salientar o nome do P.^o Bernardo Xavier Coutinho (1909-1987), um doutorado por Lovaina que só em 1975 veria a sua situação académica nacionalmente resolvida a contento; e o ulterior autarca da Maia José Vieira de Carvalho (1938-2002). E 1968 será o ano de uma primeira *viragem* na Escola portuguesa, cujo 4.^o Grupo a partir de então quase sempre recruta os novos docentes entre os seus próprios diplomados: pioneiros em tal situação foram Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996) e Eugénio Francisco dos Santos (n. 1937), ambos logo no ano em causa; Luís Alberto Adão da Fonseca (n. 1945), 1 ano mais tarde; Cândido dos Santos (n. 1933) e Francisco Fortunato Queirós (1933-2008), em 1970; Aurélio de Araújo Oliveira (n. 1944), em 1971; Fernando Alberto Pereira de Sousa (n. 1942), em 1973; e, na nova categoria de monitor (1970 ss.), entre outros, Armando Luís de Carvalho Homem (n. 1950; para *História Medieval*); José Marques (n. 1937; para *Paleografia e Diplomática*); e Armando Coelho Ferreira da Silva (n. 1943; para *Arqueologia*); todos foram empossados entre Abril de 1973 e Janeiro de 1974.

De 1962 a 1974 a FL/UP conheceu os currículos de *História* plasmados nas reformas curriculares das FFLL de 1957 e de 1968: ou seja, cursos com a duração de 5 anos + acto de licenciatura (constando este da defesa pública de uma dissertação expressamente elaborada para o efeito); a segunda destas reformas veio reintroduzir nas Universidades o grau de *bacharel*, obtido no termo do 3.^o ano; o objectivo último era o aumento do número dos potenciais candidatos à docência nos Ensinos Liceal, Técnico e (sobretudo) Preparatório (então iniciado).

Ao ter-se em conta o ensino da *História* e a produção historiográfica portuguesa na primeira dúzia de anos da Escola, pertinente será salientar as valências complementares da *experiência* e da *juventude*.

A primeira será antes de mais simbolizável na erudição – praticada desde os já longínquos anos 30 – de António Cruz, que no dealbar da Casa ultimava uma tese doutoral sobre o «scriptorium» medieval de Santa Cruz de Coimbra (defendida em finais de 1964) e que desde o início marcou a leccionação da disciplina de *Paleografia e Diplomática* e, mais pontualmente, de *História da Cultura Medieval* e de *História de Portugal II*; para além, portanto, de primeiro doutorado da FL/UP, António Cruz viria a ser o primeiro professor catedrático do 4.^o Grupo (1969) e o primeiro Director da Escola em situação não-interina (1970-1974). Experiência, e longa, de Ensino Superior detinha-a José António Ferreira de Almeida, detentor de um *enciclopedismo de formação* claramente típico da *Escola de Lisboa*: pense-se em Agostinho Fortes (1869-1940), a quem de certa forma *sucedeu*; titular, na FL/UL como na FL/UP, de regências das mais variadas disciplinas, no Porto procuraria concentrar-se nas áreas *histórico-artísticas*, onde efectivamente viria a criar um mínimo de estruturas e a deixar posteridade intelectual, isto para além do encontro de condições para o acesso à cátedra (1972); acrescenta-se também a proficiência do seu ensino em *História da Cultura Moderna* e, já nos seus anos finais, em *História Cultural e das Mentalidades (séculos XVIII-XX)*.

A juventude foi, na circunstância, consubstanciada pelos jovens licenciados da Casa recrutados para o

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Corpo Docente, como já se disse, a partir de 1968. A eles, essencialmente, se deve toda uma modernização de programas e bibliografias, que acabou por fazer com que os licenciados da Escola dela saíssem conhecedores de M. Bloch (1886-1944), G. Duby (1919-1996), J. LeGoff (n. 1924), L. Febvre (1878-1956), F. Braudel (1902-1985), L. Gênicot (1914-1995), F. Mauro (1900-1900), R. R. Palmer (1909-2002), J. Godechot (1907-1989) e tantos outros; sem esquecer que, nos anos de 1972 e de 1973, entre os cinco primeiros classificados nacionais no exame de Estado que então coroava o Estágio Pedagógico estiveram justamente alguns diplomados pela FL/UP...

Resta acrescentar dois tópicos neste *survol* da *Escola do Porto* antes de 1974:

1) Em 1970 foi criada a *Revista da Faculdade de Letras* [UP], com diferentes séries segundo os grupos disciplinares da Escola. A *História* foi naturalmente uma das séries *fundadoras*, contando tal série inaugural, e até 1975, um total de 4 volumes, um dos quais duplo; nos conteúdos temáticos predominam a *Arqueologia* e a *História Moderna*, sendo Carlos Alberto Ferreira de Almeida o colaborador mais assíduo (10 artigos num total de 27).

2) A licenciatura era então, como já foi dito, coroada por uma defesa de tese. De 1967 a 1975 foram apresentados à FL/UP 56 trabalhos desta natureza; o predomínio vai para a *História Moderna* (e, dentro desta, para os estudos de *Demografia Histórica*, impulsionados por António Cruz e Cândido dos Santos; o que representou o acompanhar de uma *tendência nacional* desses anos); mas apontem-se trabalhos de valia significativa na *Arqueologia*, na *História da Arte* e pontualmente na *História Medieval*.

* * *

O 25 de Abril de 1974 não deixou de constituir uma *ruptura*, ainda que controlada. Sem que houvesse verdadeiras hostilizações *ad hominem* por parte de estudantes de *História*, a verdade é que o exercício do cargo de Director acabou por custar a António Cruz um afastamento (dito, à época, «saneamento») que se prolongou absurdamente até 1979; e «absurdamente» porquanto, tendo o Mestre em causa chegado a ser objecto de uma medida de aposentação compulsiva em 1975, logo no ano subsequente tal medida foi anulada. Afastado foi também, e sem retorno, José Vieira de Carvalho, preso na sequência do 11 de Março de 1975 e demitido da Função Pública meses mais tarde.

Quanto ao mais, o 4.º Grupo da FL/UP, pela primeira vez desde 1968, recruta alguns novos docentes de proveniência externa: é o caso de Humberto Baquero Moreno (n. 1934), licenciado pela FL/UL, vindo da Universidade de Lourenço Marques, onde recentemente se doutorara; é também o caso de Victor Sá (1921-2004), licenciado pela FL/UC e doutorado pela Sorbonne (1969), a quem o Regime sempre impedira o acesso à Função Pública; é ainda o caso de Vítor Oliveira Jorge (n. 1948), licenciado pela FL/UL e proveniente dos Cursos de Letras da Universidade de Luanda (CL/UL; funcionavam em Sá da Bandeira); ou de, episodicamente, Orlando Janeiro Romano, também com uma anterior passagem pelos CL/UL; é o caso de Flávio Gonçalves (1931-1987), licenciado pela FL/UC, estudioso do Barroco e à data professor de *História da Arte* da ESBAP; é finalmente o caso de João Francisco Marques (n. 1929), licenciado pela FL/UC e à data metodólogo do Liceu D. Manuel II / Rodrigues de Freitas. A eles se agrega ainda Rafael



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Ávila de Azevedo (1911-1985), professor do Grupo de *Ciências Pedagógicas*, doravante ligado à docência, predominantemente, em *História Contemporânea*. Os três monitores atrás referidos passam no ano lectivo de 1974/75 à categoria de *assistente eventual*, acrescidos de alguns outros licenciados recentes da Casa: Natália Marinho Ferreira-Alves (n. 1948), Joaquim Jaime Ferreira-Alves (n. 1945), Agostinho Araújo (n. 1951; todos para *História da Arte*), Rui Centeno (n. 1952; para *Arqueologia*), Elvira Mea (n. 1948), Francisco Ribeiro da Silva (n. 1940), José Viriato Capela (n. 1951, todos para *História Moderna*), Armindo de Sousa (1942-1998; inicialmente para *Arqueologia Pré-Histórica*, mais tarde [1976 ss.] para *História Medieval*), Henrique David (1947-1997, licenciado em *Engenharia Química* pela FE/UP e depois em *História* pela FL/UP, para *Introdução à Economia e Matemática para as Ciências Humanas*) ou Maria Ioannis Benis Baganha (1950-2009; para *História Contemporânea*).

Como as referências do parágrafo anterior desde logo indiciam, um mínimo de áreas de investigação e docência principia a configurar-se (*Arqueologia, História da Arte, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea*), no quadro das «pré-especializações» (PE's), que, num quadro marcado pela extinção de facto das dissertações finais, passaram em preencher os 4.º e 5.º anos até à recondução das licenciaturas a uma duração quadrienal (1978). Ainda que sem sequência tal-qual, as PE's como que renunciaram as *variantes* à licenciatura em *História (Arqueologia e História da Arte, 1978, com desdobramento em 1981)* e os ulteriores mestrados (os primeiros foram os de *História Medieval* e de *História Moderna*, com primeiras edições em 1983/84).

A segunda metade da década de 70 assiste ainda ao retomar dos doutoramentos: Cândido dos Santos e Eugénio dos Santos, em 1977 (*História Moderna*, orientador Jean Delumeau, que em 1984 será também o «directeur de thèse» de João Francisco Marques e feito então dr. h.c. pela Escola); Carlos Alberto Ferreira de Almeida (em *História da Arte*, orientador José António Ferreira de Almeida), Francisco Fortunato Queirós (em *História Contemporânea*, orientador António Cruz) e Aurélio de Oliveira (*História Moderna*; orientador Emmanuel Le Roy Ladurie; transferira-se entretanto para a Universidade do Minho, de onde regressará em 1985), todos em 1979; e Fernando de Sousa (*História Contemporânea*, orientador A. H. de Oliveira Marques [1933-2007]), em 1980. Também a partir de 1978 se haviam retomado os concursos de provas públicas para professor extraordinário (Humberto Baquero Moreno, Luís de Oliveira Ramos) e as provas para obtenção do título de *agregado* (Cândido dos Santos, 1979; Eugénio dos Santos, 1980).

Deste modo, quando em finais de 1979 entra em vigor o primeiro *Estatuto da Carreira Docente Universitária* (ECDU), o 4.º Grupo da FL/UP dispõe de 4 elementos habilitados a assumir a cátedra (Baquero Moreno, Oliveira Ramos, Cândido dos Santos e Eugénio dos Santos), e todos como tal serão empossados no Verão de 1981, em curiosa coincidência temporal com a saída de cena de alguns avatares da *primeira geração decana*: é a ocorrência, de Julho a Outubro do mesmo ano, das jubilações de António Cruz e de Rafael Ávila de Azevedo e da morte de José António Ferreira de Almeida; aos novos catedráticos se juntarão, até 1985, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Luís Adão da Fonseca, Fernando de Sousa, Aurélio de Oliveira e Francisco Fortunato Queirós.

Desta *geração* se esperou muito. Vejamos a sequência, por áreas de pesquisa e ensino.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A *História da Arte* e a *Arqueologia* haviam já iniciado, como foi dito, um processo autonomizante que em 1981 as converteria em *variantes* à licenciatura. Mais tarde, na segunda metade da década de 90, estas áreas, acrescidas da *Museologia* e das *Ciências Documentais*, viriam a dar origem ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP), com licenciaturas, mestrados e doutoramentos próprios.

No plano *histórico-artístico*, serão de salientar: a continuidade da atenção do precocemente desaparecido Carlos Alberto Ferreira de Almeida à arquitectura românica e às culturas populares do Entre-Douro-e-Minho; sua continuadora, Lúcia Rosas (n. 1957) viria longamente a dedicar-se ao estudo do restauro de edifícios românicos em finais do século XIX / princípios do XX; discípulos de José António Ferreira de Almeida, Natália Marinho Ferreira-Alves e Joaquim Jaime Ferreira-Alves distinguir-se-iam – até no *criar Escola* – respectivamente na abordagem da talha barroca e do urbanismo de Setecentos; do magistério de Natália Marinho emergiria Fausto Sanches Martins, estudioso do maneirismo na arquitectura ligada à Companhia de Jesus; e, para aspectos vários da Pintura e da Arquitectura dos séculos XIX e XX, serão de realçar os nomes de Agostinho Araújo e António Cardoso de Carvalho (n. 1932), discípulo, este último, de José-Augusto França.

Na *Arqueologia*, uma dupla tendência: a continuidade das abordagens à *cultura* dos castros do Noroeste português, domínio iniciado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida ainda na década de 60 e prosseguido por Armando Coelho Ferreira da Silva (também epigrafista, estudioso de Sanfins, director do respectivo museu desde a década de 80; um nome que, no quadro de uma «conciliação das Arqueologias» teorizada nos anos 90 por Jorge de Alarcão, claramente se configura como valor seguro de uma Arqueologia de matriz *histórico-cultural*, que no seu caso passa ainda por uma sólida formação no domínio da Linguística Histórica), por Rui Centeno (um dos raros cultores da *Numismática* romana nas últimas décadas), por Teresa Soeiro (que nos anos 90 se deslocaria predominantemente para a Arqueologia Industrial) e por Carlos Brochado de Almeida (estudioso dos castros do Alto-Minho); a estes nomes será ainda de agregar o do arqueólogo-medievista Mário Barroca, epigrafista e estudioso da arquitectura militar e da tumulária; a outra orientação, ligada à Arqueologia pré-histórica, é de cariz *post-estruturalista*, e a ela se ligam os nomes de Vítor e de Susana Oliveira Jorge (n. 1953) e, na geração subsequente, Maria de Jesus Sanches (n. 1958); os seus trabalhos de campo têm-se centrado em áreas do Norte e do Norte-Interior do nosso território.

Domínio com limitados antecedentes na prática historiográfica da Escola em tempos anteriores a 1974, a *História Medieval* irá conhecer um desenvolvimento interessante, ainda que nem sempre consequente. Ligam-se-lhe antes de mais os nomes de Humberto Baquero Moreno e de Luís Adão da Fonseca.

O primeiro produziu obra vasta e sólida ao longo das décadas de 60 a 80; a sua monografia sobre a batalha de Alfarrobeira (tese de doutoramento pela Universidade de Lourenço Marques em princípios de 1974) marcou indiscutivelmente época, no quadro de um cruzamento do político e do social; e fez Escola; outro tanto se dirá da atenção às instituições e aos poderes municipais, incluindo a edição de *Actas* de vereações (v.g. Loulé) e o estudo sistemático das mesmas (Porto, de finais de Quatrocentos a meados de Quinhentos, projecto em execução nos últimos anos da sua docência no mestrado em *História Medieval*, ca.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

1995-ca. 2001). Saliente-se também a coordenação de uma manual de História Institucional e Política de Portugal Medieval (ed. da U. Aberta, 1995, com a colaboração de Luís Miguel Duarte, Maria da Conceição Falcão e Luís Carlos Amaral).

Do *magistério* (entendido aqui como orientação de teses doutorais) de Baquero Moreno pode dizer-se que saiu, antes de mais, José Marques, antigo aluno de Avelino de Jesus da Costa (1908-2000) no Seminário Maior de Braga e, como ele, estudioso da Arquidiocese bracarense (tema de tese doutoral defendida em 1982 e editada 6 anos mais tarde), neste caso para Quatrocentos e mais concretamente para os tempos do arquiépiscopado de D. Fernando da Guerra (1417-1467); José Marques viria por outro lado a ser, duradouramente, o responsável pelo ensino de *Paleografia e Diplomática* na Escola portuguesa, para a qual transportou os critérios de transcrição e edição de textos medievais preconizados pela *Commission Internationale de Diplomatique* (CID, de que é membro desde 1986), com adaptação ao caso português nos moldes propostos desde os anos 70 por Avelino de Jesus da Costa; do seu próprio magistério sairá Maria Cristina Almeida e Cunha, autora de uma tese doutoral sobre a chancelaria arquiépiscopal bracarense, das origens a 1244 (defendida em 1999, editada na Galiza em 2005). Muitas seriam ainda suas as publicações no domínio da organização e poderes concelhios, forais e povoamento, muito em particular no Interior-Norte do País.

Mas voltando à posteridade de Baquero Moreno, ela compreende igualmente Armando Luís de Carvalho Homem e os seus estudos dos anos 70 e 80 sobre Diplomática e oficialidade da Chancelaria régia (aliás, é também membro da CID, desde 1990), temática já em parte presente em 1974, num trabalho de fim de licenciatura versante da época de Pedro I (1357-1367) e depois enformante de uma tese de doutoral abrangendo o período de 1320 a 1433 (defendida em 1985, editada 5 anos depois); os referenciais passaram por alguma historiografia norte-americana (*princetoniana*, *maxime* J. R. Strayer [1904-1987]), inglesa (*oxfordiana*, *maxime* K. B. McFarlane [1903-1966]) e francesa (*sorbonnarde* e *chartiste*, *maxime* B. Guenée [1927-2010] e R.-H. Bautier [1922-2010]), isto para além, entre nós, do receber da *lição* de um Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), de um Oliveira Marques, de um José Sebastião da Silva Dias (1916-1994) ou de um Martim de Albuquerque; em fases ulteriores, Carvalho Homem interessou-se pela legislação dos nossos monarcas (das Leis de 1211 às *Ordenações Manuelinas*), chegando em função de tal problemática a propor uma dada periodização para os finais da Idade Média portuguesa em termos de História dos poderes e de génese tardo-medieval do Estado Moderno: 1279-1521; tem de momento em mãos um demorado projecto sobre as posturas municipais olissiponenses (século XV); acrescenta-se o «violon d'Ingres» da Historiografia e da Instituição Universitária do nosso século XX, a coordenação (com M.^a Helena da Cruz Coelho) do vol. III (1096-1325) da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão (1919-1908) e A. H. de Oliveira Marques (em publicação desde 1987) e a revisão científica da tradução portuguesa (1989-1991) da *História da Vida Privada*, dir. Philippe Ariès (1914-1984) e Georges Duby .

Outro discípulo de Baquero Moreno é indiscutivelmente Luís Miguel Duarte (n. 1956), longamente interessado em crime, justiça régia, punição e perdão, problemática(s) versada(s), entre outros trabalhos, numa densa – ainda que quase in-sequente – tese doutoral defendida em 1994 (e editada 5 anos mais



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

tarde), onde é manifesta a influência conceptual e metodológica de Claude Gauvard ou António M. Hespanha. Igualmente interessado nos poderes municipais e na edição das Actas respectivas (Porto, Loulé), L. M. Duarte tem-se voltado ultimamente para uma redescoberta História económica de finais da nossa Idade Média: preços, níveis de vida ou trabalho urbano, por exemplo, são matérias em que trabalha e em que orienta diversos doutorandos. Também se lhe deve uma biografia do rei D. Duarte, numa colecção do *Círculo de Leitores* e da *Temas e Debates*, a que repetidamente se fará referência.

Quanto a Luís Adão da Fonseca, doutorado em Navarra em 1975 – e lá ensinando até 1981 – com uma tese sobre o condestável D. Pedro, por esses anos trabalhou na presença naval portuguesa no Mediterrâneo, abordando, entre outros, problemas de pirataria e corso. O seu regresso ao Porto em 1981 – com o atingir da cátedra em 1984 – viria a fazer recair o essencial do seu ensino *post-graduado* nas Ordens Religioso-Militares da Tardo-Idade Média Portuguesa e do século XVI; destaque, entre os discípulos que formou, para Paula Pinto Costa (n. 1966) – estudiosa da Ordem do Hospital, hoje professora da Escola – e para Maria Cristina Pimenta (n. 1961) – estudiosa das Ordens de Avis e de Santiago. Devem-se-lhe biografias de Gama, Cabral e D. João II (este último na já citada colecção) e estudos e edições de fontes sobre os tratados de Windsor e de Tordesilhas.

Mas nesta *dialéctica* de mestres e discípulos, alguns outros casos se destacam pela sua singularidade.

O primeiro é antes de mais o de Armindo de Sousa (1942-1988). Motivado, de longa data, pela problemática das nossas Cortes de finais da Idade Média, cedo nela pensou como objecto de tese doutoral. Inexplicavelmente, mais não obteve na Casa do que reacções de cepticismo: de João Pedro Ribeiro ou do Visconde de Santarém a Gama Barros ou a Marcello Caetano tudo estaria dito e feito... O providencial (re)encontro com António Cruz – a quem *assistiu* em *Paleografia* de 1979 a 1981, i.e., entre a reintegração e a jubilação do Mestre – retransportou-o à sua área de eleição, no âmbito da qual viria de facto a doutorar-se em 1988 (com António Cruz como orientador...; tese editada em 1990). Só que as singularidades não ficariam por aqui. A sua tese doutoral claramente consubstanciaria um caso de *resistência à novidade* por parte de significativos sectores da comunidade científica. Daí que o Autor ulteriormente tenha retomado alguns pontos essenciais do seu trabalho, no sentido de renovar ou reforçar o essencial da sua argumentação. A Armindo de Sousa se ficariam ainda a dever sólidos estudos no âmbito das representações dos poderes (v.g. a propaganda dinástica ou o discurso cronístico), bem como uma primeira aproximação à história agrária do mosteiro de Santo Tirso, temática no âmbito da qual orientaria duas teses de mestrado. Deve-se-lhe também a totalidade da 2.^a parte (1325-1480) do vol. 2 da *História de Portugal*, dir. J. Mattoso e colaboração na *História do Porto*, dir. Luís de Oliveira Ramos, a que adiante se fará referência.

Outro caso «*sui generis*» é o de José Augusto de Sotto-Mayor Pizarro. Destinado, em 1983, a uma tese de mestrado sobre o mosteiro de Pedroso, a descoberta da relação dos «naturais» do mosteiro de Grijó em meados de Trezentos – casa religiosa que Luís Carlos Amaral então trabalhava, como veremos adiante – levá-lo-ia à exploração de tal fonte, do ponto de vista da estruturação da família nobre (orientador José Marques, apoio informal de J. Mattoso). Em 1998 defenderia um trabalho doutoral sobre as *linhagens*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

nacionais em tempos dionisinos (1279-1325), agora com J. Mattoso como orientador oficial. Tornado um dos bons conhecedores do século XIII, o novo século vê-lo-ia como biógrafo de D. Dinis (na já mencionada colecção) e editor das *Inquirições* do monarca em causa (edição da Academia das Ciências).

Refiramos por último Luís Carlos Amaral, desde muito cedo atraído pelo magistério de D. José Ángel García de Cortázar (U. da Cantabria, Santander) no âmbito das ruralidades medievais encaradas como formas de «organização social do espaço», conceptualização / metodologia que haviam já enformado já a sua tese de mestrado (sobre a gestão do património fundiário de S. Salvador de Grijó em Trezentos, 1987, publ. 1994) e que tiveram por agora o *apogeu* na tese de doutoramento (*Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista [século IX-1137]*, 2008), incidindo sobre cronologia bem mais recuada, tendência com algumas outras manifestações na Casa nos últimos anos. Em co-autoria com Mário Barroca, produziu recentemente uma biografia da infanta e rainha D. Teresa, para a colecção do Círculo de Leitores sobre rainhas-consortes.

É mais complexo um sintetizar da área de *História Moderna* dos anos 70 para cá, porventura por menor sedimentação de domínios temáticos e investigativos.

Decano da área, Luís de Oliveira Ramos foi, em 1972, o autor da primeira tese de doutoramento em *História Contemporânea* nas U's portuguesas, uma biografia do cardeal Saraiva (Frei Francisco de S. Luís), onde se aborda essencialmente a primeira fase da vida deste eclesiástico e a sua dimensão de erudito e historiador. Na FL/UP marcou o ensino de *História da Expansão Portuguesa* (onde correntemente começou a citar Cortesão, Magalhães Godinho ou M. Nunes Dias, quando tal não era ainda uma atitude corrente), de *História Moderna e Contemporânea* (com abordagens à independência dos EUA ou à Revolução Francesa; referenciais em J. Godechot [1907-1989] ou R. R. Palmer [1909-2002], por exemplo), de *História Moderna de Portugal* e de *História Institucional e Política* (sécs. XIX-XX) (grande referencial em R. Rémond [1918-2007]). Nos anos 90 coordenou uma *História do Porto* (1994), com colaboração quase integral da casa, de algum modo substituindo a *História da Cidade do Porto* (dir. D. Peres e A. Cruz, anos 60); mais recentemente deve-se-lhe uma biografia de D. Maria I (na mencionada colecção); e está – interminavelmente ? – no prelo o vol. VIII (1750-1810), com coordenação sua, da já mencionada *Nova História de Portugal*, de Joel Serrão e Oliveira Marques.

Um dos primeiros discípulos de Jean Delumeau, Cândido dos Santos foi, enquanto assistente em início de carreira, um dos didactas sistemáticos da História Económica e Social dos sécs. XVI-XIX; mas enquanto historiador, e tirando uma fase inicial em que cultivou a Demografia Histórica, tem sido essencialmente um estudioso da vida religiosa do Portugal de *Antigo Regime* e da Universidade do Porto (e instituições de Ensino que a precederam). No primeiro destes campos, devem-se-lhe uma tese de licenciatura (1969, depois publicada) sobre a diocese e a Mitra do Porto na vésperas de Trento, uma tese doutoral (1977, com duas ulteriores edições impressas) sobre a Ordem dos Jerónimos e estudos múltiplos sobre aspectos vários da religiosidade dos séculos XVI-XIX, com destaque, no últimos tempos, para o Jansenismo ou para a figura do P.^e António Pereira de Figueiredo. Na que toca o Ensino superior portuense, deu-nos para já uma primeira síntese de fôlego do passado da UP (duas edições e uma versão inglesa entre 1996 e 2011) e o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

início da edição das *Actas* do Senado universitário (1911-1929; com leitura e transcrição de Flávio Miranda, 2011).

Outro discípulo de Delumeau, Eugénio dos Santos, trabalhou durante algum tempo sobre a Congregação do Oratório no Porto e no Norte de Portugal (teses de licenciatura e de doutoramento, entre 1968 e 1977). Uma fase ulterior viu-o dedicado às missões de interior no Portugal de *Antigo Regime*. Mais *publicista* e menos erudito em fases posteriores, muito voltado para a problemática das relações luso-brasileiras, destacar-se-ia como colaborador da *História de Portugal*, dir. João Medina, e autor da biografia de D. Pedro IV na colecção já citada a propósito de outros autores.

O terceiro discípulo do autor de *Naissance et affirmation de la Réforme* foi, como se disse, João Francisco Marques. Estudioso da parenética do período filipino (tese de licenciatura, UC, 1970, orientação de Manuel Lopes de Almeida [1900-1980]) e da Restauração (tese de doutoramento, UP, 1984), este autor rapidamente se converteria no maior especialista nacional na matéria e um dos nomes mais em evidência na História eclesiástica do nosso País na época moderna, incluindo estudos – que produziu ou orientou – sobre o Protestantismo entre nós. Colaborador destacado da *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo (2000-2002), é indubitavelmente, aos 83 anos, um espírito *jovem* na Historiografia Portuguesa. Amigo de José Régio (1901-1970, de quem publicou um volume de correspondência com o já mencionado historiador da Arte Flávio Gonçalves) e de Manoel de Oliveira (n. 1908), é de há muito consultor histórico da filmografia deste último.

Aurélio de Oliveira, por seu turno, muito cedo encontrou o *seu mosteiro* a ser objecto de indagações à História rural do *Antigo Regime*: Tibães e o vale do Cávado. A esta casa religiosa consagrou, em 1970, a sua tese de licenciatura (publ. 1973). Trabalhando depois em Paris com Emmanuel Le Roy Ladurie, viria a apresentar em 1979 uma extensa tese de doutoramento sobre o regime de propriedade no baixo Cávado (1680-1820), tese esta infelizmente nunca publicada. Em tempos posteriores dedicar-se-ia incessantemente à História Económica do *Antigo Regime* (rendas, dízimas, preços, vitivinicultura...), com algumas incursões na História social e documental do Barroco. Nos últimos anos, e algo em jeito de *tardo-António José Saraiva*, dedicou-se ao ensaio sobre a sociedade quinhentista, utilizando como fonte os autos de Gil Vicente.

De uma geração biologicamente próxima mas academicamente posterior é Francisco Ribeiro da Silva (n. 1940). Ligado ao magistério de Oliveira Ramos, ficou a dever-se-lhe uma importante tese de doutoramento [1986] sobre o Porto filipino, que por um lado constituiu o equivalente português da *Coimbra económica e social, 1537-1640* [1971] de António de Oliveira (n. 1931), mas que por outro, pelo seu maior centramento nas instituições e nos poderes, representou a homologia em *História Moderna* do que Carvalho Homem e Armindo de Sousa iam construindo em *História Medieval*. Autor de bibliografia extensa sobre os municípios do *Antigo Regime* – com algum destaque para os estudos portugueses, matéria em que se lhe deve uma monografia sobre a revolta de 1757 –, a partir dos anos 80 deixou o seu nome também ligado ao incremento dos estudos sobre a vitivinicultura do Norte do País e particularmente do vale do Douro. Estudioso foi também da problemática da alfabetização nas sociedades de *Ancien Régime*. Do seu



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

magistério saiu nomeadamente António Barros Cardoso, também interessado pelos temas portuenses e pelos vinhos do Douro, aos quais consagrou a sua tese de doutoramento (2002); em início de carreira, este Autor *frequentara* a História do Livro Antigo, matéria a que consagrou uma tese para provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, versando a biblioteca do cardeal Saraiva (1993).

Neata *geração*, mencione-se por último Elvira Mea (n. 1948): vinda de uma tese de licenciatura sobre o *sefardismo* na Cultura Portuguesa (1971, publ. 1974), cedo se voltou para a pesquisa nos domínios da História da Inquisição e dos cristãos-novos. Viria a doutorar-se em 1990, com uma tese sobre a Inquisição de Coimbra no século XVI (orientador Manuel Augusto Rodrigues, UC; tese publ. 1995). Anterior e posteriormente, a sua bibliografia tem sido extensa, incluindo hoje uma biografia do capitão Artur Carlos de Barros Basto [1887-1961] (em colaboração com Inácio Steinhard, 1998) e um dicionário do Judaísmo em Portugal (2010).

Apesar do quanto já se disse, nem sempre foi fácil o *criar Escola* de História Moderna por parte das gerações subsequentes. A primeira metade da década de 80 veria 'entrar em cena' alguns nomes algo *autónomos* em relação ao sector mais *veterano* dos modernistas. Um dos primeiros foi Ivo Carneiro de Sousa (n. 1957, em funções 1981 ss.): voltado sucessivamente para questões de aritmética mercantil e de História da espiritualidade no Portugal de Quatrocentos e de Quinhentos, a tais problemáticas consagrou, entre 1984 e 1993, uma tese para provas de aptidão pedagógica e capacidade científica e uma tese doutoral. Ulteriormente propenso à História das Misericórdias, os finais de Novecentos vê-lo-iam crescentemente interessado primeiro em temas africanos, depois nas relações de Portugal com o Sudeste asiático. Foi internamente o grande obreiro dos doutoramentos h.c. de D. Carlos Ximenes Belo, Xanana Gusmão e José Ramos-Horta (2000). Mas em 2005 uma *estória* com algo de *mal-explicado* ditou o seu afastamento da UP. Vive, trabalha e ensina hoje entre Macau e Hong-Kong.

Da mesma geração é Inês Amorim (n. 1958, também em funções desde 1981). Numa fase inicial andou pela ruralidade, consagrando em 1986 uma tese para provas pedagógico-científicas ao mosteiro de Grijó no século XVI. Dez anos mais tarde defenderia um trabalho doutoral sobre Aveiro e a sua *provedoria* em tempos de *Antigo Regime*. Fases mais recentes assistiram ao centramento em História do litoral, portos e estruturas portuárias, recursos e ecologia, num percurso altamente internacional e com pontos de contacto com o de Amélia Polónia, de quem adiante se falará.

Ainda em 1981 iniciou funções Helena Osswald (n. 1957), seguramente uma das mais *cerebrais* historiadoras da *Escola do Porto* dos últimos tempos. Votada às estruturas familiares e às dinâmicas populacionais do Porto da época moderna, a tal consagrou uma tese para provas pedagógico-científicas (1985; depois editada nos EUA) e um trabalho doutoral (2008). Tem colaboração no mencionado vol. VIII da *Nova História de Portugal*, de Joel Serrão e Oliveira Marques.

Um pouco mais tardia (1985 ss.) é Amélia Polónia da Silva (n. 1961): trabalhando inicialmente com Cândido dos Santos, com ele preparou uma tese para provas pedagógico-científicas sobre o cardeal D. Henrique enquanto arcebispo de Évora (1990); ao ulterior *purpurado-Rei* viria a dedicar em 2005 uma biografia na já mencionadíssima colecção do Círculo de Leitores. Mas na década de 90 o *sistema*, ávido de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

possuir internamente quem investigasse no domínio da História da Expansão, para tal a *desviou*: felizmente com resultados muito positivos – em 2000 defenderia uma tese doutoral sobre o porto de Vila de Conde no quadro das navegações de Quinhentos (orientador: João Francisco Marques). Sem deixar de frequentar a História cultural e religiosa do século XVI, Amélia Polónia tem desenvolvido programas internacionais de grande exigência nos domínios justamente do litoral e das estruturas portuárias. Numa área algo ‘íngrata’ do DHEPI – que nos anos 90 chegou a ter simultaneamente seis professores catedráticos, para depois, de 2007 a 2010, não possuir nenhum, tendo ulteriormente, por meses, Elvira Mea (2010) e hoje estar de novo *vazia* desse ponto de vista –, Amélia Polónia, com Inês Amorim e Helena Osswald, tem sido um dos *rostos* a prometer futuro a um dos sectores em que mais precocemente o 4.º Grupo da FL/UP se afirmara.

O pleno emergir da *História Contemporânea* (sécs. XIX-XX) acabou por ser relativamente tardio: 1994. O que se afigura paradoxal, tendo em conta que o 4.º Grupo já em 1980 contava com 4 (quatro !!!!) autores de teses em século XIX: Victor de Sá (Sorbonne, 1969), Luís de Oliveira Ramos (UP, 1972), Francisco Fortunato Queirós (UP, 1979) e Fernando de Sousa (UP, 1980). Episódios em boa parte de *petite histoire* ajudarão a explicar tal circunstância. Aponte-se entretanto que o Mestrado em *História Moderna* tinha desde início Seminários sobre *As Invasões Francesas e o Norte de Portugal* (regência de Oliveira Ramos; daqui saiu a carreira de Jorge Martins Ribeiro [n. 1956], ulteriormente estudioso das relações Portugal / EUA e mentor de um curso de Mestrado em *História, Relações Internacionais e Cooperação*) e sobre *Demografia Histórica e História das Populações* (séculos XVIII-XIX) (regência de Fernando de Sousa [que vinha de uma tese doutoral sobre a população portuguesa nos alvares de Oitocentos e de ulteriores estudos sobre a emigração transmontana para o Brasil, entre outros], colaboração de J. Manuel Nazareth [UNL] e Jorge Arroiteia [U. Aveiro]); daqui nasceriam as carreiras de Jorge Fernandes Alves [n. 1954] e de Gaspar Martins Pereira [n. 1957] e floresceria efemeramente a de Henrique David. E foi em parte por acção destes três últimos, doutorados em 1993, que no ano seguinte surgiu então um mestrado em *História Contemporânea*.

Até à segunda metade da década de 90, este contemporaneísmo portuense andou bastante centrado no século XIX, constituindo a História das Populações «lato sensu» um dos domínios em evidência: tenham-se em conta a tese doutoral de Henrique David sobre as crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880); os estudos de Jorge F. Alves sobre a emigração para o Brasil e sobre a obra educativa do conde de Ferreira; os trabalhos de Gaspar M. Pereira sobre as famílias portuenses, de meados de Oitocentos ao final da Monarquia; ou a tese de Maria Antonieta Cruz [n. 1948] sobre a burguesia portuense na segunda metade do século XIX (defendida em 1995), trabalho com a marca metodológica de Adeline Daumard (1924-2003), que com Luís de Oliveira Ramos assegurou a orientação. Também desde cedo se assistiria ao emergir do interesse pela História da vitivinicultura duriense, com ponto de partida em Gaspar M. Pereira; o seu entusiasmo acabou por ‘contagiar’ estudiosos de praticamente todas as épocas (Carlos Brochado de Almeida, Luís Miguel Duarte, José Augusto Pizarro, Francisco Ribeiro da Silva, António Barros Cardoso, Maria Antonieta Cruz e outros ainda), e daqui surgiriam: uma Unidade de I&D; uma Revista (*Douro: Estudos & Documentos*); e uma colectiva *História do Douro*. Mas cedo surgiriam ainda outros interesses: como a problemática do Iberismo, com Conceição Meireles (n. 1959); como a História do Género ou as prisões e os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sistemas prisionais do Liberalismo, com Maria José Moutinho Santos (n. 1949); ou como o (re)interesse pela História da Educação e das instituições de Ensino: o pioneiro foi aqui Luís Alberto Marques Alves (n. 1955), com obra marcada por uma tese doutoral em torno das origens do Ensino Técnico-Profissional na Cidade do Porto (1999); subsequentemente, e para além de publicações numerosas, iniciativas institucionais várias, de que a mais recente foi a criação de um Mestrado em *Ensino da História e da Geografia nos Ensino Básico e Secundário*, que planeou e de que foi o primeiro director. Nesta área *mostraram-se* ulteriormente Luís Grosso Correia (n. 1965), com um trabalho doutoral sobre o portuense Liceu Rodrigues de Freitas (2005), e Olga Lima (n. 1948), com uma tese de doutoramento sobre os manuais de *História* nos níveis mais elementares de Ensino, defendida na U. Sevilha (2008).

Um dia este contemporaneísmo teria no entanto que entrar mais decididamente em Novecentos. Havia antecedentes, é certo, e já desde a década de 70: a I República (e particularmente a Constituinte e os seus deputados, o *Texto Fundamental* de 1911 e o subsequente Congresso da República) cedo havia atraído o interesse de Luís de Oliveira Ramos, Fernando de Sousa, Francisco Ribeiro da Silva e mais tarde Jorge F. Alves. O final do século XX veria de facto os contemporaneístas portuenses a estudar, por exemplo, os regimes políticos (do Estado Novo aos tempos da Constituição de 1976) e a sua caracterização de fundo (v.g. Manuel Loff [n. 1965] e a questão dos «fascismos» em perspectiva comparada, tema da tese de doutoramento que, em 2004, defendeu no Instituto Universitário Europeu, Florença); a encarar questões de representação política e sistemas eleitorais (Maria Antonieta Cruz); a ensaiar a abordagem biográfica, com Gaspar M. Pereira (Eduardo Santos Silva e Artur Santos Silva [Pai]) ou Jorge F. Alves (episódios da campanha eleitoral de Humberto Delgado, Jorge de Melo); ou a cultivar a História industrial e empresarial, com Fernando de Sousa, Jorge F. Alves ou Maciel Santos (n. 1959) [múltiplas monografias sobre empresas ou sobre a metalurgia portuense].

É óbvio que *nem tudo foram rosas* na vida do inicialmente 4.º Grupo da FL/UP ao longo das últimas três décadas. De 1981 aos alvares do novo século foi tempo de *enquistamento* de uma *geração decana*, ávida de poder mas pouco *coordenante* com os seus futuros sucessores e predominantemente conservadora: donde, o colocar dos *heróis* do lusitano «fazer História» quase exclusivamente em figuras como Virgínia Rau (1907-1973), Jorge de Macedo (1921-1996), José Vitorino Pina Martins (1920-2010) ou Joaquim Veríssimo Serrão (n. 1925); e, conseqüentemente, a tendência *excludente* de nomes como os de José Sebastião da Silva Dias, Vitorino Magalhães Godinho ou mesmo Oliveira Marques (mas aqui *os mais novos* souberam impor-se...) e o configurar como lugares maximamente *in* a Academia Portuguesa da História ou a *infausta* (pelo menos até 1995...) Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP, 1986-2003)...; por estas e por outras, o nosso País acabou por quase não ter participação no programa internacional *The Origins of the Modern State in Europe (1300-1800)*, da European Science Foundation (anos 90); é evidente que cada um acha o que quer; mas pretender que outras gerações tenham exactamente um tal pensar... Os anos 80 foram particularmente *penosos*, conhecendo inclusivamente, em 1987, uma desastrosa reforma curricular (desencadeada em 1983 pelo pouco feliz ministro da Educação do Governo do *Bloco Central*, 1983-1985, oportunidade de pronto



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

agarrada pelos *avatares* do que de mais conservador havia então no Corpo Docente da FL/UP), a qual demoraria quase 15 anos a *extirpar*: nos anos 90, tentames vários de nova reestruturação esbarraram sempre na *flácida* resistência do *sistema* ou na burocracia do Conselho Pedagógico... Só em 2001 seria finalmente possível reformar o currículo, com adopção do regime semestral e das *unidades de crédito*, preludiando, *à la longue*, o *regime de Bolonha* (2007 ss.). Mas esta reforma já não foi obra da *velha guarda*... Como já o não fora ou veio a ser a departamentalização do 4.º Grupo, primeiro como Departamento de História (2000), depois como Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (2005)...

Entre 1999 e 2007 aposentaram-se ou jubilaram-se nove membros da dita *geração decana*. Em 2001 semestralizara-se, como se viu, o currículo da licenciatura. E no último dos anos mencionados entrou em vigor o *regime de Bolonha*. Que balanço, ao entrar-se na segunda década do século XXI e ao comemorarem-se os 50 anos de *Clio* na UP ? Dificilmente se poderá ser optimista neste derradeiro trimestre de 2011. Mas no meio de quanto se tem vivido em Portugal e no Mundo, o actual DHEPI, dos anos 90 para cá, conseguiu superar situações nada fáceis, que passaram por um Reitor claramente hostil (Alberto Amaral de seu nome, lente de *Química* da FC/UP, em funções de 1985 a 1998), a um absurdo abaixamento do «*numerus clausus*» na primeira metade da década de 90, por obra e graça do ministro Roberto Carneiro (em funções de 1987 a 1991), às subseqüentes más-vontades de um outro ministro chamado Fernando Couto dos Santos, bem como de um secretário de Estado do Ensino Superior a dar pelo nome de Pedro Lynce de Faria (1992-1993), aos *fundamentalismos* com que o ulterior ministro José Mariano Rebelo Pires Gago (2006-2011) fez entrar a *bolonhesa reforma* em vigor... O actual DHEPI tem subsistido, estando a conseguir manter há já um bom par de anos o «*numerus clausus*» de 80-90 estudantes na licenciatura e logrando reunir, nacionalmente, o maior grupo de estudiosos da *História* (1.º, 2.º e 3.º ciclos) – tal como nos anos 80 e 90 ostentara o maior contingente nacional de doutores de *Clio*... E em 2011 comemora jubilosamente o Cinquentenário, homenageando – embora não só – a memória dos mais antigos historiadores da UP (a *velha guarda* deixara-os tombar no olvido...), cujos centenários de nascimento têm estado a decorrer: Bernardo Xavier Coutinho, António Cruz, Rafael Ávila de Azevedo, José António Ferreira de Almeida... Dignamente.

Bibliografia: ARAÚJO, Francisco Miguel Veloso, 2008 – *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (re)criação à Revolução*, tese de mestrado / UP, Porto.

Curso, 2011 – *Curso (O) de História na FLUP: 1962-2011. Bibliografia de Docentes do Curso de História existente na Biblioteca Central da FLUP*, Porto, FLUP – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais e Biblioteca Central.

DUARTE, Luís Miguel, 1995 – «Investigação (A) e o ensino da História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto: passado recente, presente e dúvidas quanto ao futuro», *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa / série História*, II: 235-241.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1989 – «António Cruz (1911-1989): um testemunho», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, II sér., VI: 457-469.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1991 – «História (A) que nos fez e a História que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto», *Revista de História* [Centro de História / UP], XI: 227-240.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1996 – «Revistas universitárias de História no Portugal do século XX», *Revista de História das Ideias*, 18: 339-372.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero [no prelo] – «Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto».
- PADRÃO, Regina Cândida Cordeiro Telo, 2005 – *História (A) Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1962-1974): ensino e investigação*, tese de mestrado / UP, Porto.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1983 – «Notas sobre a origem e estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, (1983): 245-260.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1984 – «Professor Doutor José António Ferreira de Almeida (1913-1981)», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, II sér., I: 00-00.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1989 – «Evocação do Prof. Doutor António Cruz», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, II sér., VI: 5-8.
- SANTOS, Cândido dos, 1996 – *Universidade do Porto: Raízes e Memória da Instituição*, Porto, Reitoria da Universidade (amplas indicações bibliográficas; trad. ingl.^a: *University of Porto. Roots and Memories of the Institution*, Porto, Reitoria da Universidade, 2002); reed. como livro de bolso: 2011.

Armando Luís de Carvalho Homem



APOIOS:



